

POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO PAISAGÍSTICA DO RIO DE JANEIRO

Data de submissão: 08/02/2023

Data de aceite: 03/04/2023

Eder Claudio Malta Souza

Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS)
<http://lattes.cnpq.br/6501787097191465>

RESUMO: Este artigo analisa a relação do consumo cultural e as políticas de patrimônio e de valorização paisagística. A pesquisa enfoca no processo de patrimonialização da paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro pela UNESCO, em 2012, que foi uma estratégia de valorização turística, proteção paisagística e de sustentabilidade do ambiente cultural carioca para preservar sua integridade e autenticidade visual. A metodologia da pesquisa consistiu na abordagem qualitativa na análise do sítio paisagístico, realizando-se a leitura de fontes bibliográficas e empíricas sobre a temática, e de documentos oficiais com destaque para os dossiês de candidatura e plano diretor da cidade. Com base nessas fontes, discutimos que o conceito de paisagem cultural, inovador para a inscrição de áreas urbanas, tornou-se um importante recurso para reposicionar o Rio de Janeiro no mercado turístico global e como a

patrimonialização visa a revitalização dos espaços urbanos tradicionais, ao mesmo tempo em que questiona como proteger a visualidade e a ambiência da paisagem cultural, evitando-se a perda potencial de sua originalidade tanto para as intervenções relacionados aos megaeventos esportivos, quanto para a sua *contrapaisagem*, ou seja, a favelização dos morros. Conclui-se que estas características inscrevem a plural e conflitiva relação do consumo cultural e com a recomposição identitária e paisagística da cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem cultural; Políticas de patrimônio; Consumo cultural; Contrapaisagem.

HERITAGE POLICIES AND STRATEGIES FOR LANDSCAPE VALORIZATION IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: This article analyzes the relationship between cultural consumption and heritage and landscape enhancement policies. The research focuses on the process of patrimonialization of the cultural landscape of Rio de Janeiro by UNESCO in 2012, which was a strategy for tourist valorization, landscape protection, and sustainability of the carioca cultural

environment to preserve its integrity and visual authenticity. The research methodology consisted of a qualitative approach in the analysis of the landscape site, carrying out the reading of bibliographic and empirical sources on the subject, and official documents with emphasis on the candidacy dossiers and master plan of the city. Based on these sources, we discuss how the concept of the cultural landscape, innovative for the inscription of urban areas, has become a resource to reposition Rio de Janeiro in the global tourism market and how patrimonialization aims at revitalizing traditional urban spaces while questioning how to protect the visuality and ambiance of the cultural landscape, avoiding the potential loss of its originality both for interventions related to mega sporting events and for its counter-landscape, that is, the favelaization of the hills. We conclude that these characteristics inscribe the plural and conflictive relationship of cultural consumption and with the identity and landscape recomposition of the city of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Cultural Landscape; Heritage Policies; Cultural Consumption; Counter-landscape.

1 | INTRODUÇÃO

As paisagens cariocas constituem um dos principais atrativos turísticos brasileiros. Apesar disso, somente após sua patrimonialização pela UNESCO, em 2012, tem-se investido em políticas de proteção paisagística e do “ambiente cultural” carioca para preservar sua integridade e autenticidade visual. Tais políticas giram em torno da revitalização urbana e do desenvolvimento econômico de áreas estratégicas.

Este artigo discute sobre o processo de patrimonialização da Paisagem Cultural da cidade do Rio de Janeiro, inscrita em 2012 na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO sob o título “Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”. Nosso objetivo é analisar a política de valorização paisagística e de recomposição turística da cidade decorrente da patrimonialização e das intervenções implementadas na área paisagística. A tipologia de paisagem cultural para áreas urbanas torna-se um instrumento técnico e conceitual inovador de preservação patrimonial e ambiental e renovador na forma de ler a cidade e os patrimônios que, neste caso, não se circunscreve ao modelo tradicional de centro histórico.

As paisagens cariocas constituem um dos principais atrativos turísticos brasileiros. Apesar disso, somente após sua chancela pela UNESCO, em 2012, tem-se investido em políticas de proteção paisagística e do ambiente cultural, e de preservação da integridade e da autenticidade visual do sítio. Tais políticas visam o desenvolvimento de projetos sustentáveis nas chamadas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) através do Programa Novas Alternativas e do Programa de Apoio à Conservação do Patrimônio Cultural Edificado (PRÓ-APAC).

Porém, no âmbito prático, a gestão do sítio é considerada complexa, pois a inscrição da cidade foi aceita sem um Plano de Gestão totalmente elaborado em função de seu ineditismo e somente em 2016 o Comitê Gestor da Paisagem Cultural foi formalmente

instalado (RIBEIRO, 2019), além de seu difícil dimensionamento, devido ao seu tamanho e a diversidade de elementos (culturais, religiosos, ambientais, urbanos etc.) para consolidar os investimentos. A saída foi a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) realizar parcerias com escritórios técnicos, intermediários culturais e diversos setores privados de turismo e dos mercados de consumo cultural visando o processo de revalorização paisagística de diversas regiões da cidade, desde os espaços públicos da Zona Sul — já reconhecidos como símbolos da identidade cultural carioca — à revitalizada Zona Portuária, que ganhou destaque no cenário turístico durante a preparação para os Jogos Olímpicos de 2016.

Devido às necessidades de preservação e de adequação dos espaços da cidade para a recepção do megaevento, estendemos o nosso estudo com um olhar crítico em relação a alguns morros favelizados situados na área considerada paisagem cultural e com vistas à Baía de Guanabara – que chamamos de *contrapaisagens* (MALTA, 2015, 2017) dos tradicionais lugares de visibilidade pública carioca. Logo, propõe-se debater como a paisagem sociocultural é incorporada na busca de uma nova imagem e como conforma um futuro desejável de sustentabilidade socioespacial, ambiental, econômica e cultural da cidade.

Enquadramos como objeto de análise a relação do consumo cultural com as políticas urbanas de patrimonialização e de valorização paisagística, tendo com o referente empírico a cidade do Rio de Janeiro desde a chancela de sua paisagem cultural na lista do Patrimônio Mundial da Unesco, isto é, o recorte de análise ocorre entre os anos de 2012 a 2016, período em que a cidade sediou dois importantes grandes eventos como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida seguindo a abordagem qualitativa. As etapas de coletas de dados para discutir nossos objetivos consistiram em duas etapas. A primeira etapa se baseou na análise empírica da situação de espaços patrimonializados do sítio, também realizada a partir de fontes bibliográficas, com breve revisão de literatura e discussão teórica.

Na segunda etapa, realizamos a análise de fontes documentais: o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDU/2011) da PCRJ, o documento de aprovado pela Unesco (2012), *Committee Decisions (36^a Convention): Cultural Properties – Rio de Janeiro, Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea (Brazil)* e o dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar”, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2012). Usamos extensa bibliografia acadêmica sobre as intervenções no Rio de Janeiro desde os anos de 1980.

2 | PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E CONSUMO CULTURAL

Compreende-se que a relação entre patrimônio e o consumo cultural decorre da crescente participação do setor privado na gestão de áreas e bens patrimoniais que tem almejado lucrativas oportunidades de negócios e impulsionado uma complexa alteração conceitual do patrimônio – e de paisagem cultural –, adaptando-a à nova lógica do mercado, ou seja, tratando este patrimônio não mais como “bem simbólico”, mas sim como uma “mercadoria cultural” (LEITE, 2015). Na prática, esse “processo implica no reconhecimento de formas de interação baseadas no consumo e pressupõe [...] selecionar bens que potencialmente possam corresponder às expectativas de retorno financeiro dos altos investimentos privados” (LEITE, 2015, p.176)¹.

Os processos de patrimonialização associam dos elementos simbólicos e representacionais e os tornam recursos potenciais de sustentação das economias locais que servem para as cidades alcançarem maior visibilidade internacional em um cenário global que Fortuna (1997) chama de “concorrência intercidades”. Para o autor, tal processo “diz respeito tanto à captação de investimentos como à fixação local de fluxos globais ou parcelas suas, como à produção de imagens próprias da cidade” (FORTUNA, 1997, p.234).

Tal lógica de mercado de bens intensifica-se com o marketing urbano das áreas, paisagens e bens culturais patrimoniais e é promovida pelos segmentos turísticos, de produção cultural, design, mobilidade, curadorias etc. Ela resulta em um processo de *concorrência intracidade* (MALTA, 2015) que diz respeito à ação de empresas e intermediários culturais (FERREIRA, 2010) na promoção do patrimônio para a atração de consumidores e empreendedores para a sustentação da produção de imagens urbanas.

Com base em De Certeau (1994) e Featherstone (2007), entendemos que as práticas de consumo contemporâneas redefinem a oposição total entre valores de troca e de uso devido à dimensão prática, cultural e simbólica do consumo na economia e na vida social. Entendemos que o objetivo das políticas de patrimonialização é a valorização dos bens culturais materiais e imateriais capazes de agregar valor de consumo (MALTA, 2017) cultural, visual, estético etc., para a atração de investimentos dos setores privados.

As políticas de intervenção e de preservação ocorrem mediante a atribuição de valor excepcional aos bens (monumentos, lugares, paisagens, formas de vida, etc.) e ultrapassa o valor cotidiano para torná-los uma mercadoria cultural. Os bens passam a ser reconhecido através de seus valores de troca e de uso, isto é, pelo valor de consumo (inclusive para novos usos). Isto ocorre não somente na aquisição imediata dos bens, mas pela dimensão econômica e sociocultural acerca da valorização de tais bens.

Na dimensão econômica, Urry (1995) e Miles & Miles (2004) observa-se ato de consumir de lugares e bens patrimoniais. Urry (1995) argumenta que desde os anos de

¹ Tradução livre de “process implies the recognition of forms of interaction based on the consumption and presupposes [...], electing assets with the potential to meet the expectations for a financial return on the substantial investments made by the private sector” (Leite, 2015, p. 176).

1980, durante o processo de reestruturação urbana, os espaços urbanos adquiriram identidades como lugares de consumo cultural. Para estes autores, há várias maneiras de “consumir a cidade e seus patrimônios” devido à apropriação dos bens como mercadorias inovadoras e espaços de cultura, conhecimento e compras. Consequente, reside a dimensão sociocultural das práticas interativas e de sociabilidade inscritas nos espaços patrimoniais (LEITE, 2015) desde o incentivo aos usos dos espaços públicos através, por exemplo, da vida noturna, mobilidade, criação artística, hospedagem e gastronomia etc.

3 | A POLÍTICA DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DO RIO DE JANEIRO

O sítio paisagístico carioca tornou-se a primeira área urbana chancelada como Paisagem Cultural pela Convenção do Patrimônio da Unesco após aprovação do dossiê de candidatura do Iphan, “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar”, de 2012. Neste documento, previu-se a proteção dos bens materiais e imateriais, como as áreas naturais, os monumentos e as formas de vida dos conjuntos residenciais dos diversos bairros e áreas delimitadas no sítio paisagístico.

As ações previstas pela Convenção da Unesco (2012) deveriam girar em torno do então recém-criado PDDU/2011², documento no qual o conceito de paisagem tem centralidade. Destacamos os três primeiros princípios da política urbana formulada no PDDU com foco nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs): I) noção de desenvolvimento sustentável para promover o desenvolvimento econômico, na preservação ambiental e a equidade social; II) nas noções de função social da cidade e da propriedade urbana; e III) na política de valorização e sustentabilidade ambiental, paisagística e patrimonial no processo de desenvolvimento do planejamento urbano da cidade.

O PDDU/2011 torna as APACs o principal instrumento básico de gestão e proteção do patrimônio cultural e delimita as “zonas estratégicas de especial interesse” para as políticas urbanas de valorização paisagística e de promoção de políticas culturais. Visa-se a conservação dessas áreas mediante a inovação dos usos espaciais e socioculturais sob o argumento de evitar o “engessamento” da área urbana e promover o desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES, 2016), bem como proteger a visualidade e a ambiência da paisagem cultural, evitando assim a perda potencial de sua “originalidade”.

Conforme aponta Ribeiro (2011, p. 259), “além da concepção de tudo englobar, é a leitura do patrimônio através do espaço. Trata-se claramente de uma abordagem espacial e de uma interpretação dos fenômenos a partir de sua localização e de sua relação com outros no espaço”. Neste sentido, a escala de abrangência de um sítio paisagístico é delimitada por uma determinada porção espacial ou recorte territorial e remete sempre a um conjunto espacial concebido de conteúdos, representações e significados socioculturais peculiares

² Lei Complementar nº 111/2011

e construído em associação à morfologia e às formas naturais de um determinado território.

Para este autor, o Rio de Janeiro tornou-se a primeira grande área urbana inscrita como paisagem cultural e inaugurou uma nova perspectiva de Paisagem Urbana Histórica dentro do Centro do Patrimônio Mundial da Unesco. No entanto, apesar de difundir essa experiência para as políticas de intervenção de outras cidades, ela também possui desafios internos não resolvidos, inclusive dado as lacunas do plano de gestão.

3.1 Da zona sul à zona portuária: Estratégias para a valorização paisagística e patrimonial

Apesar de ser um conceito inovador, a paisagem cultural não define um perfil específico dos bens por possuir abrangência genérica e de múltiplas possibilidades. Esta ampla abordagem constitui seu maior risco, haja vista as pressões dos mercados e grupos de interesses (RIBEIRO, 2011). Por outro lado, possibilita também uma estratégia de identificação e de gestão do patrimônio de modo descentralizado e flexível.

Após a nomeação do sítio, a PCRJ criou o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) como órgão gestor das ações de revitalização urbana e de proteção à visualidade das zonas estratégicas de interesse cultural e paisagístico. No âmbito do IRPH, foi instituído o Programa de Apoio à Conservação do Patrimônio Cultural Edificado (PRÓ-APAC), que possui forte atuação na delimitação de áreas especiais de interesse paisagístico e de proteção do ambiente cultural. O programa consiste “na concessão de apoio financeiro a projetos voltados à conservação ou restauração de imóveis, preservados ou tutelados pelo município, que integrem o patrimônio cultural, histórico, artístico ou arquitetônico da Cidade do Rio de Janeiro” (PCRJ, 2012, p.3).

Através do Pró-APAC, o IRPH passou a elaborar projetos e políticas de intervenção em parcerias com instituições privadas e agências multilaterais nacionais e internacionais. A execução das principais políticas urbanas, ambientais e culturais municipais ocorre nas zonas estratégicas de especial interesse com a identificação, tombamento de bens edificados e do registro do patrimônio imaterial inscritos em APACs. São priorizados os espaços — quer de domínio público ou privado — que sejam caracterizados como um conjunto edificado de relevante interesse cultural para a memória da cidade e para a diversidade da ocupação urbana (PCRJ, 2011). Com os megaeventos, proliferou-se a especulação imobiliária em torno dos bairros inscritos no sítio paisagístico que pressionava o perfil habitacional de usos e estilos de vida dos antigos moradores e das camadas populares.

O processo de patrimonialização da Zona Sul da cidade girou em torno de espaços turísticos como o mosaico em ondas que desenhados no calçadão da Orla de Copacabana e o Aterro do Flamengo. Desde sua expansão, vincularam-se a vida urbana e as práticas socioculturais cariocas aos espaços de consumo cultural e à paisagem turística da cidade. Mas também buscou-se preservar as características arquitetônicas, sociais e ambientais

de seus bairros como forma de desenvolvimento urbano.

Dentre as estratégias, proliferaram-se o número de APACs com políticas de preservação das características sociais e ambientais dos conjuntos populacionais residentes de Copacabana, Lido, Peixoto e Leblon que possuem ambiência cotidiana tradicional. Mesmo atrelado à inovação dos usos socioespaciais e de edifícios antigos, “do ponto de vista urbanístico, no entanto, a medida cumpriu sua função estratégica: a construção civil de fato encontrou maior dificuldade de atuar na Zona Sul e transferiu seus investimentos para outras regiões da cidade, inclusive para a região portuária” (GUIMARÃES, 2016, p.162–163), evitando-se uma onda de renovação urbana ou mesmo de gentrificação generalizada.

A consolidação das APACs deslocou o fluxo de investimentos imobiliários para a Zona Portuária, que desde o início da realização do projeto Porto Maravilha³, em 2009, passa pela intensificação das iniciativas do mercado através da maior parceria público-privada na histórica brasileira para a revitalização e a renovação urbana (BROUDEHOUX; MONTEIRO, 2017). Isto possibilitou a proteção da ambiência residencial e a restrição de novas construções de impacto socioambiental e arquitetônico na Zona Sul que colocassem em risco a autenticidade paisagística dos espaços públicos ou descaracterizassem a qualidade de vida das comunidades residenciais da Zona Sul.

Para a inclusão do Centro Histórico do Rio de Janeiro, no ano de 2015, foi instituído o programa de reabilitação urbana “Centro para Todos”, que tem como princípios de intervenção o ordenamento, a segurança, a higienização e a iluminação dos espaços públicos. Este programa dividiu suas ações em nove áreas: Praça Tiradentes, Centro Financeiro, Praça XV, Cinelândia, Lapa, Cruz Vermelha, Saara, Castelo e Campo de Santana. Tem como uma das características promover a reocupação residencial, mapear os “vazios urbanos”, promover índices de caminhabilidade, transportes sustentáveis como bicicletas e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e atração de setores da indústria criativa, etc. Tais ações visam reocupar e revitalizar o Centro como lugar de moradia, lazer e consumo⁴.

Apesar da intenção democrática do programa, muitas atividades comerciais populares não resistem à valorização econômica de tais áreas e vendem suas lojas para empreendimentos gourmetizados voltados para um público de maior renda. Tais casos, tem ocorrido na Rua da Carioca e Rua da Conceição considerados novos lugares de consumo e vida noturna. Torna-se evidente a intenção do IRPH em promover uma forte ação de enobrecimento com base nas noções de ordem, limpeza e segurança para garantir à cidade a sensação de vida ao ar livre e sustentabilidade nas áreas históricas. Este cenário possibilitou não só a expansão das políticas de patrimonialização para a Zona Portuária

3 O Projeto Porto Maravilha, criado pela Lei Municipal Nº 101 de 2009, é uma Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio, na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU).

4 O índice de caminhabilidade é realizado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP-Brasil) em parceria com o IRPH, mais detalhes em: <<http://itdpbrasil.org.br/indice-de-caminhabilidade/>>. O mapeamento dos vazios urbanos é uma realização de censo com a identificação e a caracterização de imóveis vazios e subutilizados, mais detalhes em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/exibeconteudo?id=6588530>>.

e Região Central, mas deu margem à política de incentivo à moradia e ao investimento nestas áreas como lugar de consumo, boemia, vida noturna e turismo cultural.

Na Zona Portuária, as ações mais significativas ocorreram com o projeto Porto Maravilha até as Olimpíadas na construção do Museu de Arte do Rio (2013), a revitalização da Praça Mauá e a construção do Museu do Amanhã, no final de 2015, sob o slogan da inovação, criatividade e tecnologias sustentáveis. Criou-se também o planejamento viário de mobilidade sustentável com VLTs e ciclovias após a demolição do Elevado Perimetral.

Conforme Leopoldo Pio (2013), o Porto Maravilha atua em quatro setores que são: a melhoria da infraestrutura (saneamento, malha viária, meio ambiente); o estímulo ao uso habitacional; o investimento comercial e industrial; e em cultura e entretenimento. Para o autor, apesar de o projeto almejar ações e intervenções abrangentes, “é possível notar que as atividades culturais são vistas por políticos e pela opinião pública como aspecto central e determinante do sucesso da revitalização econômica e social de espaços urbanos ‘degradados’” (PIO, 2013, p.10).

Estes espaços foram denominados áreas de interesse paisagístico e receberam atenção especial para serem incorporadas, como paisagem cultural, à rota turística durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Tal estratégia articulava, portanto, a política de patrimonialização à recomposição turística do Rio de Janeiro e à criação de novas imagens urbanas com o intuito de canalizar recursos financeiros para consolidar o plano de revitalização urbana e do antigo casario edificado.

4 | PATRIMÔNIO, VALORIZAÇÃO PAISAGÍSTICA E A CONTRAPAISAGEM CARIOCA

A política de preservação paisagística e do ambiente cultural ocorre no período em que ocorreu a preparação da cidade para receber os megaeventos esportivos, quando se intensificou a remoção de ocupações em morros favelizados e de cortiços na área central e portuária, sob o discurso da “ordem urbana”, de segurança pública, combate à violência e ao tráfico de drogas que legitimou a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Conforme Diniz (2014, p.13), “os princípios de ordem, racionalidade, normatização e funcionalidade nas políticas de renovação urbana sustentaram intervenções que, segundo seus críticos, negligenciaram os atributos históricos dos espaços urbanos e os modos de vida a eles associados”.

As favelas voltaram às atenções midiáticas desde 2010 após o Rio ser eleita cidade sede das Olimpíadas e passaram a ser relacionadas aos discursos ecológicos de preservação ambiental e sustentabilidade dos morros da Zona Sul. Tal perspectiva envolve a ideia de desfavelização, como demonstra Mattos (2014), para combater o crescimento e reverter a política de urbanização de favelas, a exemplo do Programa Morar Carioca (2010), uma extensão do Programa Favela–Bairro, que prometia se tornar o mais abrangente programa de urbanização de favelas do Rio através da modernização, infraestrutura e integração

entre as favelas da cidade até o ano de 2020 (STEIKER–GINZBERG, 2014). Conforme este autor, “está em curso na cidade do Rio de Janeiro a construção da legitimação da remoção de favelas como política permanente, o que pode jogar por terra o consenso que se formou em torno da urbanização durante os últimos 30 anos” (MATTOS, 2014, p.173).

Zukin (2000, p.106) postula que a paisagem é, “em grande parte, uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais [...] é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade”. É na paisagem que podemos observar o que foi construído, escondido e o que resiste às mudanças estruturais da cidade. A paisagem ordena socioespacialmente a estrutura urbana, conforma relações sociais de poder político, de poder econômico e de diferenças culturais, portanto, sua representação simbólica e material constitui uma “paisagem de poder”.

A representação da Paisagem Cultural reforça a visualidade material e simbólica traduzindo o resultado da interação entre o homem e a natureza. Ela enaltece o mosaico urbano no entremeio de paisagens naturais que se constituiu no decorrer de intervenções urbanas sucessivas, projetadas para a construção de uma cidade moderna, competindo com suas próprias dificuldades técnicas para construir um aglomerado urbano entre o mar e os morros.

Com base na noção de paisagem postulada por Zukin (2000), podemos inferir que a favela constitui-se como uma contrapaisagem carioca (MALTA, 2015). Por contrapaisagem compreendo uma paisagem de inversão do planejamento e da representação simbólica de poder e que promove uma tensão estrutural na espacialidade urbana sobre as restrições estruturais e as dimensões normativas do espaço urbano estratégico. As favelas constituem a representação antissimbólica carioca (BARBOSA, 2012) e, como uma contra-paisagem, é comumente caracterizada pela representação social de degradação dos morros paisagísticos.

Dentre os objetivos, fixou-se também o foco nos morros paisagísticos da Zona Sul da cidade, chamadas áreas de amortecimento do sítio paisagístico, que são o entorno de uma unidade de conservação sujeito a normas e restrições específicas, onde situam-se as favelas Pavão–Pavãozinho, Cantagalo, Ladeira dos Tabajaras e Morro dos Cabritos – todas com vista para a Baía de Guanabara e que, quando não são removidas ou excluídas do mapa turístico, tornam-se disputados lugares de hospedagem, aventuras, emoções e exotismos turísticos (FORTUNA, 2012).

No entanto, em certa medida, as favelas têm sido transformadas em um dos destinos turísticos cariocas através da prática do *favela-tour*, o que envolve uma dupla condição associada à paisagem turística: por um lado, as remoções que levam à expulsão de moradores sob o argumento de irregularidades da ocupação e uso do solo; por outro, estimula os investimentos turísticos em áreas favelizadas e oculta o “texto visível” de símbolos e materialidade de poder estatal, financeiro e midiático das ações do poder público em torno das remoções ao privilegiar certos lugares de visitação dentro das favelas para

promover ao turista a visualidade da Baía de Guanabara. Da Zona Sul à Zona Portuária, diversas comunidades de baixo poder aquisitivo, residentes em áreas consideradas com vista paisagística privilegiada e com a presença das UPPs, viram seus espaços cotidianos sendo apropriados pelos processos de turistificação da vida cotidiana (VAN DER DUIM, 2007).

Esta relação entre patrimônio, sustentabilidade e desenvolvimento econômico tem sido associada às políticas urbanas voltadas às práticas de revitalização dos centros históricos e áreas portuárias, mas com o conceito de paisagem cultural não se perde de vista as áreas de interesse para a valorização paisagística. Podemos afirmar que essa mediação da economia de mercado vincula os processos de mudança das identidades urbanas às inovações dos bens culturais em oferta. Tanto podem ser comunidades étnicas, centros históricos ou simplesmente as paisagens culturais em que suas incidências identitárias são recursos para o *branding* publicitário (JAGUARIBE, 2011) na construção dos lugares turísticos onde a vida cotidiana e as retóricas atribuídas aos bens patrimoniais parecem fundir-se, ocorrendo constante reprodução, modificação e apropriação para novos usos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de patrimonialização e de valorização paisagística orientam-se pelas práticas de mercado através da espetacularização das paisagens, dos espaços e da cultura tanto dos espaços patrimoniais, quanto das localidades mais desfavorecidas, neste caso, as comunidades favelizadas em morros paisagísticos. Estas questões merecem nossa atenção crítica, pois expressam a problemática sobre o suposto futuro urbano sustentável carioca associado a um intenso processo de concorrência intracidade e de políticas de valorização de bens culturais e suas paisagens como bens de consumo.

O desenvolvimento urbano não escapa às pressões globais das mudanças nos mercados de consumo cultural. Os gestores do Rio de Janeiro veem-se comprometidos a recompor a imagem da cidade através de uma expressa e opulenta política de valorização paisagística, de revitalização urbana e de criação de novas paisagens turísticas na Região Central e na Zona Portuária. Para os administradores da cidade, sediar as Olimpíadas de 2016, por exemplo, tornou-se a oportunidade de demarcar na trajetória do urbanismo carioca um legado próprio de transformações urbanas, ao passo que confirmaria o valor patrimonial da Paisagem Cultural como o resultado das ações e das práticas sociais de desenvolvimento urbano e ordenamento dos usos dos espaços que a compõem.

Neste sentido, a PCRJ realizou parcerias com os setores privados nacionais e internacionais e altos investimentos financeiros para consolidar as políticas urbanas sustentáveis, sendo que estes investimentos, apesar das definições das APACs, promoveram forte especulação na expansão ou renovação imobiliária das áreas consideradas paisagísticas.

Tais processos tornam-se formas de intervenção urbana em que se sublinham o valor de consumo atribuído aos lugares e aos bens como características centrais das políticas de revitalização que, em casos mais específicos, tencionam ao gentrificação ou, simplesmente, à turistificação da vida cotidiana. Estas práticas reinventam as imagens urbanas e orientam-se para a recomposição turística das cidades promovida pelos setores empresariais, publicitários, promotores de eventos, pela mídia especializada na televisão e redes sociais.

Com estas características é que se enuncia a plural, senão conflitiva, relação do consumo cultural com a recomposição identitária e paisagística da cidade do Rio de Janeiro. No entremeio deste conflito, continua ainda o propósito de vencer as favelas, seja pela exclusão de suas áreas no mapa turístico e social da cidade, seja através da transformação da contra-paisagem em paisagem turística.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. L.. Paisagens da Natureza, Lugares da Sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como “cidade maravilhosa”, in. SOUZA, J. S. S.; SILVA, J. L. B.; FAUSTINI, M. V., **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012, pp. 23-42.

BROUDEHOUX, A. M.; MONTEIRO, J. C. C. dos S. Reinventing Rio de Janeiro's old port: territorial stigmatization, symbolic re-signification, and planned repopulation in Porto Maravilha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, 19 (3), 493-512, 2017.

CERTEAU, M. (1994). **A invenção do cotidiano: artes de fazer** (12ª ed). Petrópolis: Vozes, 1994.

DINIZ, N. (2014). **Porto maravilha: antecedentes e perspectivas da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital.

FEATHERSTONE, M. **Consumer Culture and Postmodernism**. (2nd ed). London: Sage, 2007.

FORTUNA, C. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: Fortuna, C. (org.) **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta, 1997, p. 231-257.

_____. Património, turismo e emoção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, 97, p. 23-40, 2012.

GUIMARÃES, R. S. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 29 (57), p. 149-168, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade**. Brasília, Iphan, 2012.

JAGUARIBE, B. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. **Revista FAMECOS**, 18(2), p. 327-347, 2011.

LEITE, R. P. Cities and Gentrification in Contemporary Brazil. **Current Urban Studies**. 3 (3), p. 175-186, 2015.

MALTA, E. **Políticas Urbanas de Patrimonialização e Consumo**: A Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

_____. Consumindo paisagens: Patrimônio Cultural, Turismo e Enobrecimento Urbano no Rio de Janeiro. **TOMO**. São Cristóvão, 31, p. 91-134, 2017.

MATTOS, R. C. Remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente. **Outubro**, n. 21, p. 171-190, 2014.

MILES, S; MILES, M. **Consuming Cities**. London: Palgrave Macmillan, 2004.

PIO, L. G. Cultura, Patrimônio e Museu no Porto Maravilha. **Revista Intratextos**. Rio de Janeiro, 4 (1), p. 8-26, 2013.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro**. Lei Complementar n.º 111/2011, Rio de Janeiro, PCRJ, 2011.

_____. **Decreto nº 35.879 de 05 de julho de 2012**, que dispõe sobre o Rio como patrimônio da humanidade, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4455734/4112401/42562Dec35879_2012.pdf, Acesso em: 07 mar. 2022.

RIBEIRO, R. W. Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para formação de políticas de patrimônio. In: CUREAU, S.; KISHI, S. A. S.; SOARES, I. V. P. & LAGE, C. M. F. (Orgs.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade de proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 254-267.

_____. Gestão da paisagem, gestão da cidade: quais os legados do Rio de Janeiro Patrimônio Mundial?. **REVISTA CPC (USP)**, v. 14, p. 144-166, 2019.

STEIKER–GINZBERG, K. Morar Carioca: O Desmantelamento do Sonhado Programa de Urbanização para as Favelas. **Rio On Watch**, Rio de Janeiro, 25 set. 2014, #OlhoNaParticipação. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=12410>, Acesso em: 25 fev 2022.

URRY, J. **Consuming Places**. Londres: Routledge, 1995.

VAN DER DUIM, R. Tourismscapes. An Actor-Network Perspective. **Annals of Tourism Research**. 34 (4), p. 961-976, 2007.

ZUKIN, S. Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Arantes, A. (org). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 80-103.